

O GLOBO

VERISSIMO

'Que governo!'

A cineasta Ana Muylaert ganhou um dos prêmios Faz a Diferença do GLOBO, este ano. Seu filme "Que horas ela volta?" mereceu outros prêmios além do troféu do GLOBO e revelou uma jovem atriz, Camila Márdila, que conseguiu a façanha de se destacar atuando ao lado da Regina Casé, a melhor atriz brasileira. No filme Camila é Jéssica, a filha da empregada que consegue realizar seu sonho de estudar Arquitetura graças a um dos

programas de acesso à educação superior do governo federal. Ao agradecer o prêmio do GLOBO, a diretora contou que na feitura do filme tinha conhecido muitas "Jéssicas" beneficiadas pelo mesmo programa do governo, e fez questão de dar o nome dos "pais" delas: Lula e Dilma Rousseff.

A presidente em recesso teve muitas razões para se orgulhar ouvindo os senadores que pediam seu impeachment enumerar os programas sociais que seriam mantidos porque, nas palavras do Temer, tinham dado certo. Só faltou um senador golpista ler toda a lista dos programas sociais mantidos pela administração do PT, esquecer-se de onde estava e gritar, en-

tusiasmado: "Que governo!!"

Mas o Temer foi generoso. Nem todos os programas sociais do governo sendo banido deram certo. Alguns foram muito caros. Para poder continuá-los, Temer terá que enfrentar o que é, afinal, a questão do momento: até onde neoliberalismo e prioridade social podem con-

Uma garantia do Temer é que a Lava-Jato também continua. Por via das dúvidas, três ou quatro do seu ministério ganharam foro privilegiado

viver sem que um lado sacrifique seus princípios rígidos e o outro lado apele para a contabilidade, digamos, criativa, mas humanitária? A questão não é crucial só aqui, é a questão do mundo.

Nos seus primeiros pronunciamentos, o Temer já sinalizou uma preferência clara pelo neoliberalismo de bom coração. Ou seja, fica o Bolsa Família, mas a Petrobras talvez tenha que ir.

Uma garantia do Temer é que a Lava-Jato também continua. Por via das dúvidas, três ou quatro do seu ministério ganharam foro privilegiado.

Enfim, um dia ainda vamos rir de tudo isto — historicamente. ●

CACÁ DIEGUES

Eliminação inoportuna

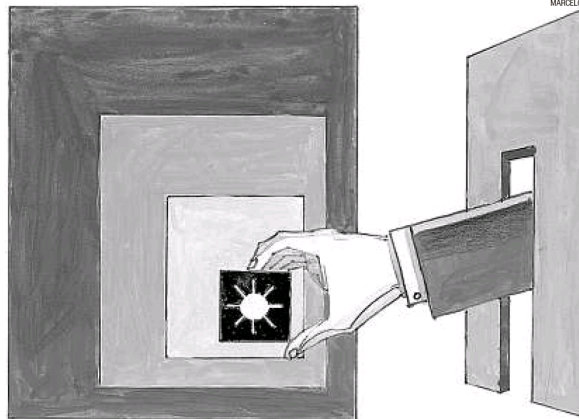
Dilma Rousseff tem todo o direito de achar que foi vítima de uma injustiça. Também acho. Nunca se encontrou nenhum malfeto moral seu no exercício da Presidência. Pelo contrário, ela sempre foi, na opinião de todos, uma mulher dura, mas honesta. Contam que, na vida privada, ela era uma peste, a gritar e brigar com seus auxiliares, atraindo cabides nas empregadas em palácio. Como só a vi pessoalmente em algumas poucas solenidades públicas, fora do alcance de seus cabides, fico com a versão da vida severa mas ilibada. Perto do que os políticos e seus parceiros já fizeram com este país, os crimes de que a acusam, se foram crimes, não merecem pena maior do que umas três palmadas e a perda da sobremesa no jantar. Embora injusta, a pena sofrida pela presidente afastada não foi um golpe, tudo se deu de acordo com as leis e o reconhecimento dos responsáveis por guardá-las. Democracia não é apenas quando prevalece a nossa opinião.

Cabia ao Congresso julgar se Dilma cometera um crime ou não. Tanto na Câmara, quanto no Senado, os parlamentares decidiram que as pedaladas eram crime de responsabilidade e o Supremo Tribunal Federal, como lhe cabia, aprovou o rito. O acachapante resultado da votação nas duas Casas, respeitando os direitos constitucionais de defesa e do contraditório, confirmou o propósito dos que também têm voto e, por isso mesmo, representavam o povo tanto quanto a presidente. O Congresso errou, mas não comprometeu a legalidade democrática em que vive o país.

Não houve golpe. Reconeheço-lo nos ajuda a sobreviver num país tão conturbado nestes últimos anos, um país do qual se esperava tanto durante e depois dos governos bem-sucedidos de Itamar, Fernando Henrique e Lula. No fundo, o que derrubou Dilma foi mesmo a desgraça que se abateu sobre o Brasil, graças a uma série de erros de governança, incompetência e autossuficiência, a maioria cometida por ela mesma e seus colaboradores.

Reconeheço-lo nos dá também o direito de independência frente ao novo governo, de desconfiar do projeto de "salvação nacional" elaborado por um time de conhecidos veteranos, pouco salvacionista e nem sempre preparado para os novos tempos.

Um governo que começou mal com a eliminação do Ministério da Cultura, sob o pretexto de uma economia "para inglês ver", como disse



Voltamos ao passado, à tendência de tratar a cultura como bijuteria, elemento decorativo como serpentinas no teto da casa em época de carnaval

pentinhas no teto da casa em época de carnaval.

A educação é um dos principais problemas do Brasil, ao lado de saúde, moradia, segurança, essas coisas que permitem ao cidadão sobreviver. Ela tem que ter o destaque político que merece, a atenção e o orçamento de que necessita. Mas enquanto a educação prepara o homem para encarar o mundo real, a cultura o estimula a inventar outros mundos, alternativas ao que existe. Outra nação. Segundo o filósofo francês Gaston Bachelard, "o mundo é belo antes de ser verdadeiro e admirado antes de ser verificado".

Criado por Tancredo Neves e posto para funcionar por José Sarney, o Ministério da Cultura (MinC), com ministros inaugurais à altura de sua importância, como José Aparecido de Oliveira e Celso Furtado, nasceu com

consolidação de uma identidade nacional e no *soft power* dessas nações no resto do mundo. Em 2016, comemorando os 400 anos da morte de William Shakespeare, o primeiro ministro David Cameron considerou o bardo e sua obra o principal instrumento de *soft power* do Reino Unido no exterior.

Apesar da interrupção no início dos anos 1990 (no Brasil, só Fernando Collor e Michel Temer ousaram acabar com o Ministério da Cultura), o MinC foi encontrando, com o tempo, seu papel na administração pública, até o climax da gestão de Gilberto Gil, quando o ministério se modernizou e entrou definitivamente no século XXI. A cara de meados dos anos 1970, que vi nas fotos de jornal dos novos ministros e secretários (salvo um ou outro, como José Serra), deve talvez explicar a rejeição a essa natureza moderna da cultura.

Ainda no século XX, em "Notas para uma definição de cultura", o grande poeta inglês T.S. Eliot diz que cultura e conhecimento não têm nada a ver uma com o outro, não são a mesma coisa, aquela antecede necessariamente a este. O conhecimento, fruto da educação, é uma forma superior nas relações dos homens com a natureza. A cultura é indispensável à própria vida do

Os três paradoxos

GUSTAVO MÜLLER

Como afirmei em artigo publicado no GLOBO em 20/12/2015, não compartilho a tese de que o impeachment da presidente Dilma seja um fator a abalar a democracia no Brasil. Mesmo admitido pelo Senado, com características de "voto de desconfiança", ele vem precedido por uma sequência de fatores que atrofiaram a prática representativa. Não obstante, o atual afastamento da presidente traz consigo uma série de paradoxos que, mesmo insuficiente para ser qualificado como "golpe", peca pela incapacidade da oposição de formular uma narrativa convincente.

Não é crível supor que um presidente que contasse com um mínimo de apoio parlamentar pudesse ser afastado, provisória ou definitivamente, por desrespeitar a Lei Fiscal, até porque austeridade não é um valor em nossa cultura política. Há, pelo menos, três paradoxos nesse processo que merecem considerações.

O primeiro deles é o caráter implicitamente retroativo do impeachment. Em 2005, havia elementos jurídicos e políticos para o impeachment do presidente Lula. No bojo do mensalão, estava presente o fato de Duda Mendonça ter recebido pagamentos no exterior. Por conta da alta popularidade de Lula, a oposição apostou no pleito eleitoral como solução. Ocorre que o boom das commodities fez com que o governo pudesse contar com receitas capazes de promover uma ascensão social artificial e sofisticar as relações espúrias

Em 2005 havia elementos jurídicos e políticos para o impeachment do presidente Lula

entre Estado, partidos e setor privado. O sucesso do modelo, chamado de lulopetismo, foi tamanho que permitiu não só a reeleição de Lula, mas as duas eleições de Dilma. A mudança dos ven-

de um homem, para ingerir, e, como antes, o próprio Fernando Henrique Cardoso. Voltamos ao passado, à tendência de tratar a cultura como bijuteria, elemento decorativo como ser-

vam os artistas e seus trabalhos, talvez em algumas décadas de atraso. Há anos, seus semelhantes já eram estrelas no sistema político da França ou da Inglaterra, estratégicos na

homem sobre a Terra. ●

Cacá Diegues é cineasta

Futebol, processo civilizador e o drible

RONALDO HELAL

Em um episódio destacado de suas "Confissões", Santo Agostinho faz um relato de um furto de peras na vinha de um vizinho. Ele estava entre amigos, e não roubavam para comer as frutas. O prazer consistia em praticar o que lhes agradava, "pelo fato de o roubo ser ilícito". Atormentado por esse gesto quando tinha apenas 16 anos, Santo Agostinho dedicou boa parte de sua vida e obra a buscar as origens do mal.

O que isso teria a ver com o futebol brasileiro? Ora, durante algumas décadas louvávamos os jogadores que se utilizavam de artifícios de dissimulação para enganar o árbitro. Isto era considerado "malandragem", como uma marca de nossa suposta astúcia, e nos deleitávamos com eles. A diferença para o ato que tanto afligiu Santo Agostinho estaria centrada no fato de que estes logros objetivavam trazer algum benefício para o atleta, seu time e torcedores.

De uns anos para cá, as arbitragens passaram a punir com cartão amarelo atletas que simulam faltas. E com os recursos cada vez mais sofisticados e precisos de transmissão televisiva, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva julga *a posteriori* agressões ou simulações não percebidas pela arbitragem no momento da partida.

Dessa forma, as disputas estariam se tornando mais "éticas", com a repressão aos recursos dissimulatórios. As crescentes críticas por parte da imprensa e da torcida a jogadores que simulam

faltas também demonstram que o "prazer pelo ato ilícito" passou a ter uma conotação moral negativa, como um "mal" que deve ser punido.

Este processo confirmaria o "processo civilizador" estudado pelo sociólogo alemão Norbert Elias, indicando que estamos diante de um movimento de controle de supostas pulsões primárias que estimulariam o engano e a dissimulação.

Mas, no universo do futebol, temos um engano que faz parte das regras e continua sendo valorizado, ainda que ande meio escasso no Brasil: o drible. Se, por um lado, o processo civilizador, nos termos de Elias, mudou a maneira de apreciar o esporte, indo na direção de uma competição mais "ética"; por outro, estaríamos sentindo falta da dissimulação legal proporcionada pelo drible, que nada mais é do que um engano.

Durante algumas décadas louvávamos os jogadores que se utilizavam de artifícios de dissimulação para enganar o árbitro

O famoso drible de corpo de Pelé em Mazurkiewicz na partida contra o Uruguai na Copa do Mundo de 1970 é até hoje lembrado como um dos momentos mais marcantes da história deste esporte. O belo romance "O drible", de Sérgio Rodrigues, nos brinda com uma descrição impar-

deste lance, tornando-o ainda mais emblemático.

No entanto, é revelador observarmos que dentro do processo civilizador, que busca controlar as simulações, o drible, artifício legal deste esporte, tenha se tornado algo mais raro justamente no país que se orgulhava de praticar o tal do "futebol-arte" e ter um estilo de jogo "dionisíaco", conforme colocou certa vez Gilberto Freyre.

Uma coisa não deveria influenciar a outra, como parece não ter interferido na Europa, centro do processo estudado por Elias. Lá, temos a sensação de que os dribles continuam acontecendo. E essa pode ser uma das razões para que as partidas dos campeonatos europeus façam sucesso entre nós. O drible é uma das graças do futebol. Sem dribles, as partidas se tornariam mais monótonas.

Se, por um lado, o drible pode derrubar o esquema tático adversário; por outro, ele carrega em si uma dose inevitável de risco, já que, se não for exitoso, pode acarretar em benefício ao adversário. O futebol brasileiro está passando por um período de escassez de grandes talentos, e isso poderia explicar a diminuição de dribles. Mas o problema não poderia ser também o resultado de um excessivo receio de perder que foi tomando conta do nosso futebol? Se o drible traz consigo o risco, o medo exagerado de perder faz com que se descarte seu uso. Esta é uma hipótese que merece investigação. ●

Ronaldo Helal é professor da Faculdade de Comunicação da Uerj

tos na economia, a má gestão econômica e a incapacidade da presidente de manter uma coalizão contribuíram para o esgotamento deste modelo.

O segundo paradoxo consiste na incapacidade da oposição, e principalmente do PSDB, de cumprir seu papel institucional representando a parcela do eleitorado e da sociedade que não elegeu o modelo lulopetista. A oposição foi incapaz de denunciar a inconsistência e a superficialidade da ascensão social promovida através de uma dinâmica basicamente extrativista.

Por fim, o desmantelamento dos partidos políticos possibilitou a chegada à presidência da Câmara de uma figura do baixo clero como Eduardo Cunha, que, para ter uma sobrevida política, acatou e liderou um processo de impeachment com bases jurídicas extremamente frágeis, amputando a possibilidade de fatos mais graves serem incluídos neste.

A constante judicialização dos atos legislativos, somada a um Congresso majoritariamente conservador e clientelista, impediu a construção de uma narrativa que desse corpo ao impeachment. Limitou-se a um debate contábil, cujos fundamentos não são consensuais nem entre os especialistas. Embora isso não destitua a legalidade do impeachment, principalmente diante da ausência de condições mínimas de governabilidade, os paradoxos citados podem alimentar o clima de instabilidade para o governo Temer. ●

Gustavo Müller é professor de Ciência Política da Universidade Federal de Santa Maria